

# **A Ancoragem Social dos Deputados Portugueses, 1975-2009: Participação Sindical dos Deputados em 35 Anos de Democracia**

*José Nuno Matos*

ESTE TEXTO É FINANCIADO PELA FCT [FEDER/POCI 2010]

RESUMO:

Neste artigo pretende-se analisar a relação entre sindicatos e partidos políticos. Com base no conceito de *campo político* de Pierre Bourdieu, este estudo centra-se na evolução do recrutamento parlamentar de dirigentes sindicais praticado pelos partidos políticos. Constitui assim um estudo que, centrando-se na relação histórica entre os dois actores, visa uma reflexão sobre as ideias de política e representação.

PALAVRAS-CHAVE:

Sindicato, campo político, partido político, recrutamento parlamentar

## Introdução

Max Weber definiu política como “o conjunto de esforços que se realiza com vista a se participar no poder ou de influenciar a repartição do poder, seja entre Estados, seja entre os diversos grupos no interior de um mesmo Estado” (Weber, 1959, p. 113). A abordagem das relações entre partidos políticos e sindicatos a partir do recrutamento parlamentar bebe desta definição, encarando-os como agentes de um *campo político* (Bourdieu 1989), que ora estabelecem relações de cooperação, ora travam relações de conflito.

Neste estudo, pretendemos averiguar se o recrutamento parlamentar de dirigentes sindicais por parte dos partidos políticos reflecte a ligação histórica existente entre os dois organismos de representação política. A nossa investigação incidirá sobre dois aspectos essenciais: em primeiro lugar, a evolução dos índices de recrutamento parlamentar de dirigentes sindicais a partir de distintas realidades partidárias; e, num segundo momento, o diagnóstico sociológico dos representantes sindicais e parlamentares.

A partir da análise dos resultados, propomos uma reflexão em torno da actual condição dos sindicatos, actualmente sujeita a várias indefinições – grupo de pressão corporativo? Correia de transmissão partidária? Movimento Social? – a partir de uma outra reflexão, que confronte política e representação com representação e profissionalização.

## Do social ao político e do político ao social: a teoria dos campos e o recrutamento parlamentar

A crescente complexidade das sociedades constitui um desafio a quem, ao tentar analisá-las, se confronta com fenómenos que atravessam as esferas da economia, da política e da cultura. De modo não a ultrapassar estes problemas, mas sim a contorná-los, o sociólogo Pierre Bourdieu desenvolveu um modelo de análise a partir da ideia de *campo social*. Para o autor, a sociedade apresenta-se como um enorme espaço multidimensional, construído a partir de “princípios de diferenciação ou de distribuição constituídos pelo conjunto das propriedades que actuam no universo social considerado” (Bourdieu, 1989, p. 133). A sua divisão em campos – económico, político, cultural – e em sub-campos (fruto da divisão dos campos) derivam das diferentes relações que se processam no meio social: se considerarmos, a título de exemplo, as interacções geradas no seio do *campo político*,

verificamos como se distinguem das relações patentes noutros campos sociais, existindo todo um conjunto de problemas, conceitos e acontecimentos que lhes são característicos.

Os campos sociais não são mais do que o resultado da acção de agentes, determinada pela posição ocupada por cada um deles. Esta, por sua vez, define-se pelo *capital* detido por cada agente, isto é, pelas forças que consegue reunir e que lhe proporciona possibilidades de vantagem ou desvantagem num determinado campo. Como tal, podemos concluir que a posição social de uma pessoa ou grupo é ditada pela relação entre duas variáveis: o tipo de capital, categoria que estabelece o campo (ou os campos) de intervenção, onde se jogam as relações de força<sup>1</sup>; e o volume de capital que se auferir e a concomitante posição ocupada na hierarquia do campo.

A percepção do mundo social é fruto de um panorama que se tem a partir da «posição» que se ocupa. Uma visão que é enformada por lutas simbólicas entre os vários poderes intervenientes<sup>2</sup>, em torno do sentido que deverá tomar a acção de um dado agente: “o sentido da posição como sentido daquilo que pode ou se não pode «permitir-se a si mesmo» implica uma aceitação tácita da posição, um sentido dos limites («isso não é para nós») ou, o que é a mesma coisa, um sentido das distâncias, a marcar e a sustentar, a respeitar e a fazer respeitar” (Bourdieu, 1989, p. 140).

É a partir da incorporação de categorias de sentido que se forma o *habitus*, um conjunto de disposições – dos gostos culinários ou desportivos, aos modos de falar e de se apresentar, das práticas de leitura às opiniões políticas – que traduzem, tanto um conjunto de potencialidades inscritas nos corpos e nas almas dos sujeitos, como princípios de estruturação. Por um lado, a existência de diferentes níveis de capital cultural e/ou económico origina distintas posições de poder e de estilos de vida, podendo estes agrupar-se entre si de acordo com a sua maior ou menor afinidade. Por outro lado, a distinção é norteadada por um regime de regras e categorias apropriadas a uma estrutura, reflectindo uma desigualdade de poderes e capitais inerente à organização social.

Parte do *campo social*, o *campo político* é um reflexo desta lógica de funcionamento: a um certo volume e estrutura de capital corresponderá um *habitus* político, uma determinada postura e comportamento político. À semelhança do que se verifica na esfera da economia, o *campo político* é atravessado por relações desiguais – de oferta e de procura, e de competição – expressão de uma divisão de responsabilidades entre quem deve representar e quem deve ser representado.

A regulação a que este tipo mercado é sujeito possui, num primeiro momento, um cariz formal, materializado nos constrangimentos políticos que impedem o acesso à actividade política (veja-se, por exemplo, os critérios de criação de um partido político). Paralelamente a estes, existem diversos mecanismos de selecção informais, com critérios baseados na posse de competências tidas como essenciais ao desempenho e sucesso na actividade política: não só um “corpus de saberes específicos... produzidos e acumulados pelo trabalho político dos profissionais do presente e do passado” (Bourdieu, 1989, p. 144), mas também as técnicas da apresentação e da palavra. Em suma, a profissionalização da actividade política implica tanto um conhecimento aprofundado das regras de jogo, como das estratégias essenciais para uma vitória nesse jogo. É, neste contexto de competição entre forças políticas, que os capitais em disputa se dotam de uma carga simbólica: o trabalho a realizar sobre os representados passa por se fazer reconhecer por eles, sendo exercido por aquele que lhe está sujeito (Bourdieu, 1989, p. 188). O poder simbólico é o produto de uma manifestação de fé e de crédito, assinalando a passagem de meras capacidades e qualidades individuais a *capital simbólico*, a algo da ordem do raro e do excepcional e, desde logo, apenas realizado por pessoas igualmente raras e excepcionais.

98

O recrutamento parlamentar constitui um momento de investidura política, altura em que a pessoa abandona a condição de representada e abraça a condição de representante: “tal como a investidura medieval solenizava a «tradição» de um feudo ou de bens de raiz – não pode ser senão a contrapartida de um longo investimento de tempo, de trabalho, de dedicação, de devoção à instituição” (Bourdieu, 1989, p. 188). Mais do que uma mera passagem, o recrutamento parlamentar corresponde a uma “interactiva combinação de processos políticos e sociais”, ou melhor, um processo em que “elementos sociais são «politizados» e, de facto, alterados” (Best, Cotta, 2000, p. 8).

Este processo de politização do social decorre a partir de três elementos: os candidatos, os seleccionadores e os eleitores. Os primeiros, representantes do lado da oferta, são mobilizados por duas ordens de motivações: pelos incentivos individuais inerentes à condição de representante, como “prestígio, poder, recompensas materiais, ou compromissos ideológicos” (Best, Cotta, 2000, p. 11); e pela crença em si próprios, isto é, na sua capacidade em gerar interesse junto dos partidos políticos. Estes últimos são os seleccionadores, os *gate-keepers*, responsáveis pela definição dos critérios que presidem à escolha dos candidatos – não só a retórica ou o conhecimento, mas a submissão às “expectativas implícitas e explícitas dos

seleccionadores, após se ter tornado um actor parlamentar” (Best, Cotta, 2000, p. 11). No que respeita aos espaços sociais de recrutamento, a selecção do candidato poderá ocorrer pela via de duas operações distintas: delegação, na qual se reconhece como capital “a notoriedade advinda de mandatos electivos anteriores, da ocupação de cargos públicos (de confiança) no Poder Executivo e da militância partidária” (Miguel, 2003, p. 121); ou conversão, em que as competências e popularidade obtidas noutros campos sociais – desporto, *mass media*, cultura, academia – se tornam objecto de procura. A selecção realizada pelas organizações partidárias será posteriormente sujeita a uma avaliação final por parte do eleitorado.

Importa ainda considerar como elemento definidor do recrutamento parlamentar a estrutura formal e informal de representação parlamentar: os dispositivos legais, os círculos eleitorais, o sistema de competição partidária (Norris, 1997, p. 11), bem como o regime político ou a relação dos poderes oficiais com os grupos de pressão (institucionais e não institucionais).

### **A relação entre partidos políticos e sindicatos: o caso português**

A comunhão de princípios e objectivos, bem como a partilha de processos de evolução organizacional (de massa a cartel), torna a relação entre os partidos políticos e os sindicatos quase umbilical. Porém, em termos históricos, esta questão esteve longe de ser consensual, tendo constituído um dos principais factores de divisão do movimento operário.

É célebre a contenda verificada entre Karl Marx e Mikhail Bakunine no seio da I Internacional, marcante ao ponto de ter traçado duas linhas divisórias na evolução do sindicalismo. Karl Marx, um dos principais intervenientes na elaboração dos estatutos da I Internacional, defendia que os sindicatos desempenhavam um papel fulcral na luta de classes, não apenas relativo à restrição da concorrência entre os trabalhadores, mas igualmente pedagógico, pois era no sindicato que o operariado se assumia enquanto classe. Contudo, para Marx a revolução apenas poderia ser protagonizada pelo partido da classe operária. Diferenciava assim a acção económica da acção política: “tentar arrancar a capitalistas individuais, numa única fábrica ou num único ramo da indústria, por meio de greves, etc, uma redução de tempo de trabalho, é um movimento puramente económico; em contrapartida, o movimento que visa arrancar a lei das oito horas, etc, é um movimento político” (Marx, 1978, p. 242).

Os sindicatos, apesar de determinantes na consciencialização da classe operária, têm uma acção bastante limitada, pois o máximo que podem vir a obter não corresponde ao máximo que tem de ser obtido. Marx entendia que havia o risco desta restrição se tornar ideológica, fazendo os sindicatos do seu caderno de reivindicações a meta final da sua acção. Esta proposta foi alvo de uma feroz oposição por parte de Bakunine e seus seguidores, advogados de uma acção sindical essencialmente económica, conduzida pelos próprios trabalhadores.

O primado do partido sobre o sindicato vai ser levado a um extremo por Vladimir Ulich Illianov “Lenine”. A sua teoria inaugurou um novo paradigma no seio do pensamento socialista que, não deixando de ir beber ao marxismo, marca uma ruptura com o pensamento do filósofo alemão. Lenine considerava que o processo histórico poderia ser acelerado, sendo desnecessário esperar pelo aprofundamento das contradições materiais de produção, que não deixariam outra hipótese à classe operária senão a ruptura. Para tal, propunha a formação de um partido de vanguarda, responsável – entre outros aspectos – pela definição das bases orientadoras da acção sindical. Diz Lenine em *Que Fazer?*: “A luta política da social-democracia é muito mais ampla e mais complexa do que a luta económica dos operários contra os patrões e o governo. Do mesmo modo (e como consequência disto), a organização de um partido social-democrata e revolucionário deve ser, inevitavelmente, de um género diferente da organização dos operários para a luta económica” (Lenine, 1977, p. 158). Compreender a génese das polémicas que determinaram a evolução histórica dos sindicatos poderá constituir um factor de acréscimo à compreensão da relação entre os partidos políticos e os sindicatos portugueses.

A 19 de Outubro de 1970, em plena Primavera Marcelista, comunistas, católicos e alguns elementos de extrema-esquerda reúnem-se na primeira reunião da Inter-sindical. Não obstante a pluralidade da sua composição, o esforço de relançamento de uma organização sindical a nível nacional havia sido essencialmente praticado pelo Partido Comunista Português (PCP), que contava com militantes infiltrados nos próprios sindicatos oficiais e mantinha, desde a década de trinta, uma luta clandestina contra a ditadura. Apesar da sua mediata ilegalização, em 26 de Julho do mesmo ano, o seu impacto no mundo do trabalho foi enorme, tendo o número de convenções colectivas sofrido um aumento exponencial: das noventa convenções colectivas assinadas nesse ano, passou-se para as 149, 252, 229, 207 e 377 nos anos seguintes (Silva, 2000, p. 165).

Quando caiu o Estado Novo, a Intersindical era a única organização com experiência suficiente no campo das relações laborais. Inicialmente, a influência do PCP junto da Intersindical constitui um factor de estabilidade, tendo esta apoiado os objectivos do governo, principalmente após o 11 de Março de 1975. No *Documento de Orientação e Acção para um Portugal Novo*, publicado no mesmo ano, os sindicatos comprometeram-se a participar activamente nas grandes etapas da construção económica do país – na gestão das empresas nacionalizadas, na implementação da reforma agrária e na grande «batalha da produção» – assumindo-se (por exemplo, ao tentar travar a vaga de ocupações de empresas) “como um dos raros elementos de disciplina e de controlo social no Portugal liberto” (Schmitter, 1999, p. 218). Contudo, ao traduzir um «poder social» do PCP, visível na sua penetração numa vasta gama de associações sociais, entre as quais de trabalhadores (Schmitter, 1999, p. 217), a Intersindical causava algum desconforto junto dos outros grandes partidos – Partido Socialista (PS), Partido Popular Democrático (PPD) e Centro Democrático Social (CDS). Segundo estes, o domínio efectivo do PCP sobre certas franjas sociais, nomeadamente sobre a Intersindical, não era compatível com a vontade expressa nas eleições para a Assembleia Constituinte, em que o PCP havia sido apenas o terceiro partido mais votado.

O golpe de 25 de Novembro de 1975 veio iniciar o princípio do fim do domínio efectivo do PCP sobre o sindicalismo português. Um ano volvido da aprovação da *Constituição da República Portuguesa*, que garantia no seu Artigo 55º, a liberdade de constituição de associações sindicais a todos os níveis, várias dezenas de organizações sindicais próximas do PS e do PSD reúnem-se em torno do Movimento Carta Aberta. Iniciado a 1 de Fevereiro de 1976, com a assinatura por parte de cerca de trinta uniões sindicais e representantes de grupos mais pequenos de um documento, onde se contestava a representatividade do Intersindical, este movimento viria a ser o berço de nascimento da União Geral de Trabalhadores (UGT), fundada em 1979. Com a formação da UGT, a par da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical (CGTP-IN), veio diversificar-se a influência dos partidos políticos junto dos sindicatos, e vice-versa.

## **O recrutamento parlamentar de dirigentes sindicais: da Constituinte à actualidade**

### ***Sindicatos, partidos políticos e oportunidades de recrutamento: teoria e prática***

Aparentemente, a relação entre partidos e sindicatos em Portugal apresenta condições sociais e políticas que se revelam propícias ao recrutamento parlamentar de dirigentes sindicais por parte de líderes partidários. Seguindo o modelo de Best e Cotta (2000), podemos concluir que a experiência inerente à actividade sindical compõe, por si própria, um *capital social*, fundado num conhecimento da realidade laboral. Nas palavras de Manuel Carvalho da Silva, dirigente da CGTP-IN, “No nosso entender, uma outra faceta da acção sindical refere-se ao que essa actividade representa em termos de preparação de quadros que depois surgem a participar na sociedade... Os sindicalistas dizem ser elevado o número destes casos em que a actividade sindical foi a sua escola” (Silva, 2000, p. 152).

A este factor acrescentam-se outros, relacionados com a histórica ligação entre organizações partidárias e sindicais, com a proximidade institucional entre sindicatos e organismos oficiais, com as estratégias partidárias de recrutamento parlamentar, com os traços essenciais do sistema eleitoral português e com a mudança das características do trabalho parlamentar.

Conforme mencionado, foi determinante o papel desempenhado pelos partidos políticos portugueses, nomeadamente PCP, PS e PPD/PSD, na formação das duas principais confederações sindicais, CGTP-IN e UGT. A comunhão entre as duas realidades (partidária e sindical) não obedece apenas a uma lógica de partilha dos princípios orientadores e/ou das medidas reivindicadas, materializando-se numa dupla militância partidária e sindical. Em parte, este fenómeno explica o percurso evolutivo dos sindicatos em direcção à institucionalização da sua participação no sistema social e político, simbolizado na adesão ao Conselho Permanente de Concertação Social, aonde dialogam directamente com representantes do patronato e do governo e definem conjuntamente uma política social e económica para o país.

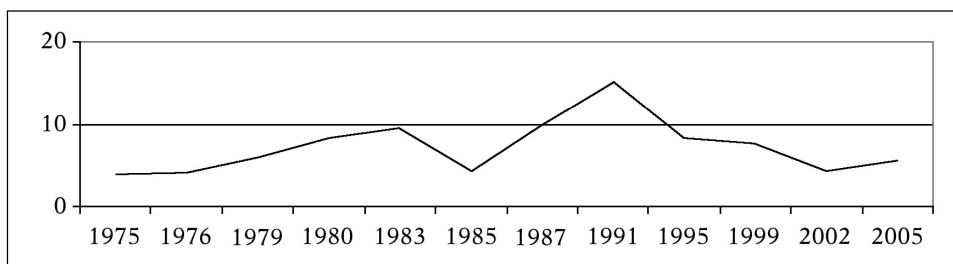
Quer o recurso a instrumentos de macroconcertação social<sup>3</sup>, quer a participação no seio de outros organismos (nos Conselhos Municipais, ou na gestão de instituições sociais, como a Segurança Social e o Instituto de Emprego e Formação Profissional), denuncia uma marcha sindical pelas instituições, assistindo-se assim, mais do que a uma descaracterização do sindicato enquanto movimento social, “à atenuação da diferença entre o modelo de representação social e... o de represen-

tação política, bem como nas suas modalidades práticas de exercício e de legitimação democrática” (Rosanvallon, 1988, p. 116).

A crescente institucionalização da actividade dos sindicatos, aliada ao tecido empresarial do nosso país, maioritariamente composto por pequenas empresas (onde a implantação sindical é bastante menor) incentivou o centralismo das relações institucionais entre representantes dos trabalhadores, dos patrões e do governo. No entanto, para os *gatekeepers* partidários a centralização da actividade sindical não constitui um problema, pois centralizada é a sua estratégia de recrutamento parlamentar. De acordo com André Freire, à excepção do PSD, onde é maior o peso das organizações distritais sobre o processo de recrutamento parlamentar, os “outros partidos... têm nas direcções nacionais a principal agência de recrutamento” (Freire, 2003, p. 200, 201). Ou seja, não é relevante o crescente divórcio entre o sindicato e o local, uma vez que o recrutamento parlamentar praticado por grande parte dos partidos políticos partilha desse mesmo divórcio.

Esta separação é igualmente produzida por um sistema eleitoral baseado em círculos eleitorais plurinominais e em listas fechadas, no qual se impossibilita o voto no candidato (podendo-se apenas votar no partido político). Recuperando a expressão de Marsh e Gallagher, Braga da Cruz defende que tais estruturas levam a que a política se veja envolta num “jardim secreto da política” (Cruz, 1988, p. 106), com entrada reservada a profissionais seleccionados pelos partidos políticos. Finalmente, a tendência para um trabalho parlamentar baseado não apenas num modelo de arena – que privilegia a retórica oral –, mas também num modelo transformador (Cruz 1988), em que a actividade junto das comissões é potenciada, constitui um factor que incentiva o recrutamento parlamentar de dirigentes sindicais e o consequente aproveitamento do seu saber técnico e prático.

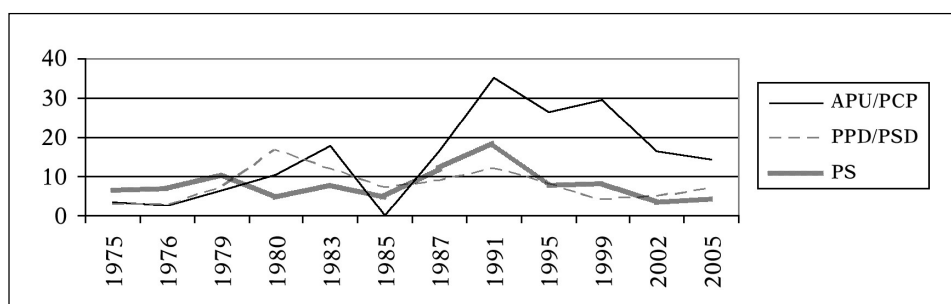
FIG. 1. Evolução do recrutamento parlamentar de dirigentes sindicais (%)



Fonte: Dados elaborados pelo autor a partir de Freire, 2009.

No entanto, ao analisarmos a evolução do recrutamento parlamentar de dirigentes sindicais (Fig. 1), verificamos, após um seu aumento até 1991 (interrompida pelas legislativas de 1985) a tendência para uma diminuição gradual. Ao considerarmos a evolução por partido político<sup>4</sup>, obtemos resultados exactamente semelhantes, inclusivamente no caso do PCP que, por razões históricas e doutrinais, apresenta uma maior percentagem de activistas sindicais nos seus grupos parlamentares. No específico caso do PSD, o ligeiro aumento da participação de dirigentes sindicais no seu grupo parlamentar (desde as legislativas de 1999) poderá dever-se à sua ligação umbilical (e assumida) com os Trabalhadores Sociais-Democratas (TSD). No caso do Bloco de Esquerda, a presença de activistas sindicais no seio do seu grupo parlamentar foi aparentemente diminuta, contando com 1 deputado com experiência sindical em 1999, nenhum em 2002, e apenas 1 em 2005. Porém, considerando a reduzida dimensão do grupo parlamentar, tais valores acabam por possuir alguma relevância (em 2005, a percentagem representada por apenas 1 deputado equivale a 12,5% do grupo parlamentar, uma percentagem superior a todos os partidos à excepção do PCP), indiciando uma necessidade, quer em termos doutrinários, quer do ponto de vista estratégico, de aproximação a elementos de organizações com um elevado capital social e político: não só em torno das grandes questões sociais, em particular as relações laborais, mas relativos a temas reivindicados pela nova esquerda (direitos das mulheres e dos imigrantes, prevenção da droga e da toxicodependência ou defesa do ambiente, entre outros).

FIG. 2. Evolução da presença de dirigentes sindicais nos grupos parlamentares (%)



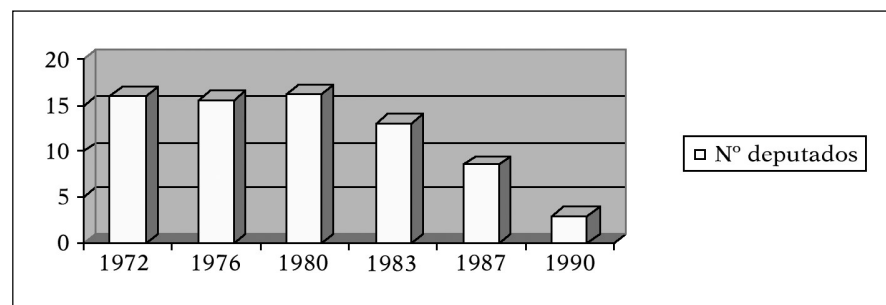
Fonte: Dados elaborados pelo autor a partir de Freire, 2009.

Este fenómeno poderá ser suscitado pela crise dos sindicatos, manifesta na exponencial diminuição da taxa de sindicalização dos trabalhadores portugueses<sup>5</sup> (Cerdeira, Padilha 1997; OIT 1997). Um reflexo, não apenas de uma realidade nacional – conforme mencionado, a predominância da pequena empresa e da menor concentração de trabalhadores não se compatibiliza com elevados índices de sindicalização (Stoleroff 1995) – mas de uma série de mutações laborais, sociais e económicas, tais como:

- A diminuição da mão-de-obra operária e o aumento dos assalariados com maiores reticências em sindicalizar-se: as mulheres (Inglehart, Norris 2003), os jovens (Lima 1992; Waddington, Pascual 2000), ou os trabalhadores precários (Lima 1992; Offe 1995; Jacinto 2003; Matos 2007);
- O crescimento dos índices de desemprego estrutural, o desenraizamento social das suas vítimas e a destruição de antigas redes de sociabilidade;
- A segmentação do mercado de trabalho e a consequente formação de distintas lógicas de acção, não só impeditivas da reunião de interesses no sindicato, mas também impulsionadoras de “conflitos de classe, dentro da classe” (Offe 1995; Terry 1995; Hyman 1995);
- O desenvolvimento de novos valores e estratégias de intervenção que não se repercutem no reforço dos actores políticos tradicionais, mas no aparecimento de novos movimentos sociais (Inglehart 1997; Offe 1996);
- A «concorrência» das associações profissionais que optam por uma acção mais corporativa, menos horizontal, e, principalmente, sem quaisquer «complexos ideológicos» que os impeça de realizar os seus propósitos (Offe 1995; Freire 2004).

O cariz transnacional destes fenómenos leva a que a diminuição da influência social dos sindicatos constitua igualmente realidade noutros países (OIT, 1997), nomeadamente na Nova Zelândia (de 1985 a 1995, a taxa de sindicalização sofre uma diminuição na ordem dos 55%), na Alemanha (-17,6%), no Reino Unido (-27,7%) ou em França (-37,2%)<sup>6</sup>. Se considerarmos, por exemplo, o caso alemão (Wessels 1997), verificamos como tais mudanças se reproduziram ao nível do recrutamento parlamentar de dirigentes sindicais.

FIG. 3. Dirigentes sindicais no Bundestag alemão



Fonte: Wessels 1997.

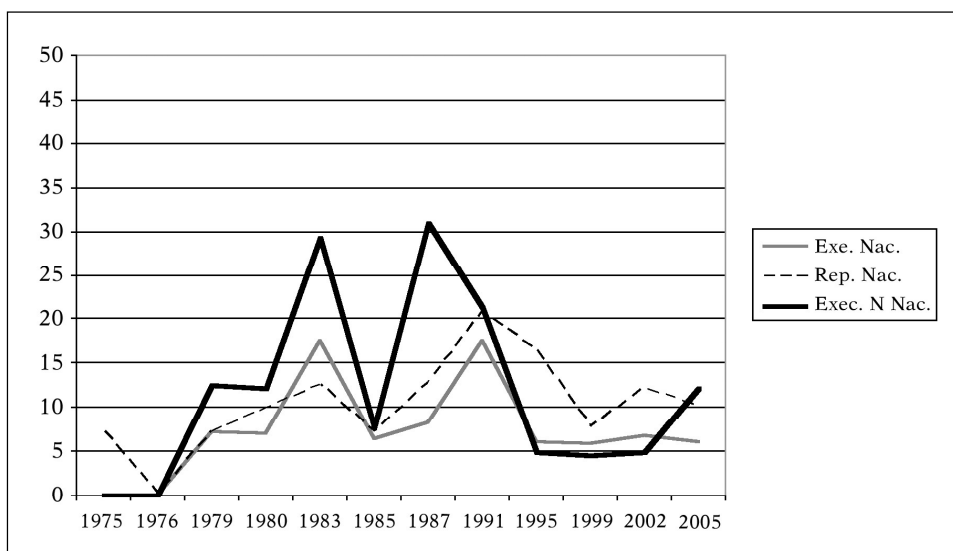
Na Nova Zelândia, a relação entre sindicatos e partidos políticos poderá ser analisada a partir de um raciocínio comparativo. Em 1993, dos 216 candidatos parlamentares, apenas 24 haviam tido experiência política no sindicato, um valor pouco acima dos 23 candidatos pertencentes a organizações estudantis, e bastante abaixo dos 62 membros de grupos de interesse locais (Catt, 1997, p. 152).

Ao nível dos parlamentares europeus, a debilidade dos sindicatos é ainda mais evidente (Norris, 1997, p. 227): o factor *experiência sindical* ocupa uma posição relativamente baixa entre a população masculina (19,1%), ultrapassada pela participação em organizações profissionais, estudantis e de interesses nacionais e locais; entre as deputadas, detém o valor mais reduzido (18,9%).

A exceção a esta tendência é representada por alguns países da Escandinávia, nomeadamente a Finlândia e a Suécia. Com taxas de sindicalização relativamente elevadas, acima dos 70% (ETUI, 2010), os sindicatos destes países conseguiram manter “uma firme representação na preparação de legislação e na implementação de políticas” (Jorgensen, 2003, p.161). Os poderes mantidos ao nível de algumas políticas sociais, nomeadamente ao nível do apoio ao desemprego<sup>7</sup>, são expressão de uma postura pragmática de elevada colaboração institucional com os outros parceiros sociais, aberta às mudanças que têm marcado as sociedades contemporâneas. O recurso, por exemplo, à disponibilização de serviços aos seus membros ou a políticas de *lobbying* demonstra o quão “a luta de classes se transformou, em parte, numa luta mediática” (Jorgensen, 2003, p. 162). Não obstante a emergência de um novo tipo de político, “um representante especializado, altamente qualificado, que raramente serviu como funcionário de partidos políticos ou sindicatos”

(Ruostetsaari, 2000, p. 80), tal facto não impediu o aumento de parlamentares finlandeses com experiência sindical. Mesmo o caso da Dinamarca, país no qual se verificou a diminuição do número de deputados sociais-democratas com ligações aos sindicatos (Peterson, 2000, p. 47), este fenómeno poderá estar mais associado a uma questão de estratégia – baseada em contactos informais (Jorgensen, 2003, pp. 167, 168) – do que a uma erosão do poder sindical<sup>8</sup>.

FIG. 4. Evolução do número de parlamentares com cargos de direcção partidária e sindical (%)

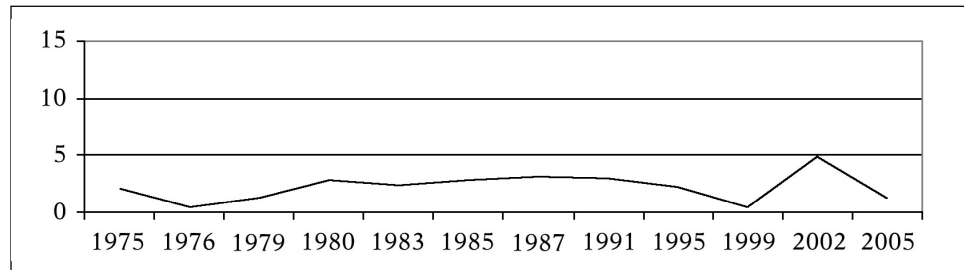


Fonte: Dados elaborados pelo autor a partir de Freire, 2009.

Tanto a diminuição do recrutamento parlamentar de dirigentes sindicais, como o decrescimento da presença dos sindicatos no interior dos partidos políticos (Fig. 4), pode ser encarado como uma ratificação dessa incapacidade de representação real. Afinal, qual a relevância de líderes que não têm liderados?

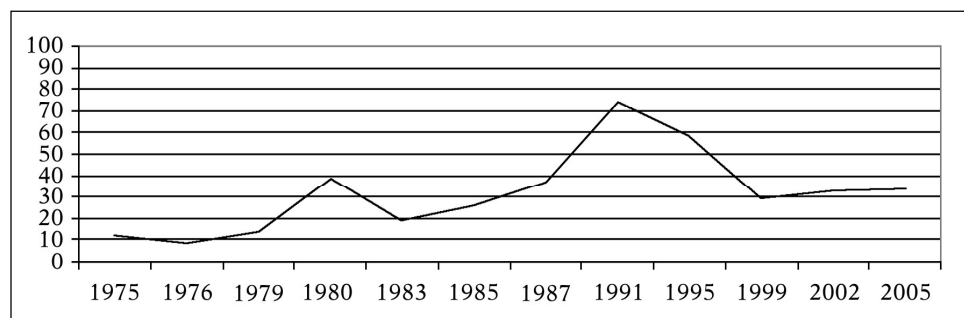
No entanto, e não descurando esta tese, se tivermos em conta a evolução do recrutamento parlamentar dos dirigentes das associações profissionais (Fig. 5) podemos concluir que este desinteresse não toma apenas como alvo os sindicatos.

FIG. 5. Evolução do recrutamento parlamentar de dirigentes de organizações profissionais (%)



Fonte: Dados elaborados pelo autor a partir de Freire, 2009.

FIG. 6. Evolução da participação dos deputados em associações cívicas (%)



Fonte: Dados elaborados pelo autor a partir de Freire, 2009.

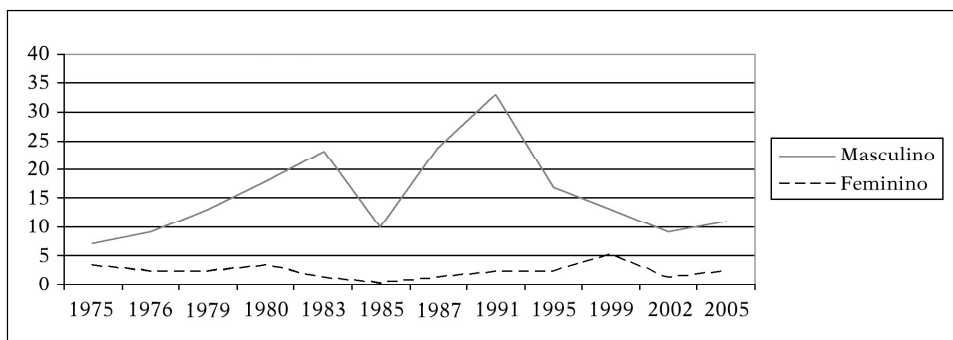
Mesmo o aumento da participação dos deputados em associações cívicas<sup>9</sup> (Fig. 6) não deixa de apresentar fortes picos e oscilações. Se bem que a profissão parlamentar possa ser claramente enriquecida por este tipo de capital social e simbólico, “quer pelo efeito amplificador dos *media*, quer pelo reconhecimento que lhes é conferido” (Viegas, Santos, 2009, p. 122), a fraca adesão dos eleitores a este tipo de organizações (Viegas, Santos 2009) vem, de certo modo, exonerar a não participação dos seus legítimos representantes. Considerando a evolução no período de 1991 a 2005, podemos afirmar que o modelo de recrutamento adoptado pelos partidos políticos continua a apostar na delegação de capital político, privilegiando assim a formação que ocorre no seu próprio seio. A carreira partidária parece tornar-se assim na forma dominante de profissionalização da actividade política,

colocando em causa outras formas de recrutamento parlamentar – a partir não só de sindicatos, mas de associações locais, por exemplo – e todo o discurso à volta das ideias de inclusão e participação (Best, Cotta, 2000, p. 521-525; Freire, 2002, p. 30, 31).

### *A diferenciação sexual dos dirigentes sindicais parlamentares*

A dimensão do recrutamento parlamentar de dirigentes sindicais femininas (Fig. 7), que pouco evoluiu desde 1975 e sempre apresentou níveis diminuídos (o seu valor máximo foi na ordem dos 5%, nas legislativas de 1999), espelha as dificuldades enfrentadas pelas mulheres que ousam integrar os meios políticos institucionais.

FIG. 7. Evolução da composição dos dirigentes sindicais parlamentares, segundo o sexo



Fonte: Dados elaborados pelo autor a partir de Freire, 2009.

A participação das mulheres no sindicato e, através deste, o ingresso no grupo parlamentar de um partido político obriga a um processo de superação de três «tectos invisíveis». O primeiro obstáculo reside nas próprias relações sociais, ainda fortemente marcadas por uma discriminação de género. Se, por um lado, um dos elementos que ressalta da análise da sociedade portuguesa pós-25 de Abril é a entrada massiva das mulheres no mercado do trabalho e a sua hegemonia no ensino superior, por outro lado, vêem-se mais expostas que os homens aos problemas do desemprego, da precariedade laboral e da desigualdade salarial (Viegas, Faria 2001).

Este desequilíbrio invade a própria esfera privada, aonde a realização das tarefas domésticas continua a ser encarada como uma responsabilidade tipicamente feminina: ao longo da década de noventa, em média, os homens empregados dedicaram cerca de 8 horas ao trabalho profissional e as mulheres, nas mesmas condições, cerca de 7 horas; porém, no conjunto do trabalho profissional e do trabalho doméstico, as mulheres empregadas trabalharam mais de 2 horas do que os homens empregados (INE 1999). Constituinte o tempo livre um factor determinante da capitalização política da pessoa (Bourdieu, 1989, p.164), concluímos que as mulheres têm menos oportunidades de participação política do que os homens.

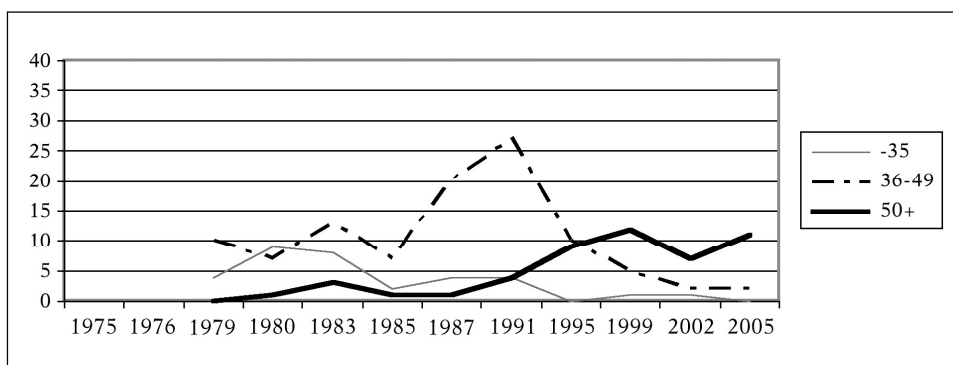
O segundo «tecto invisível» é efectivado pelos sindicatos, desde a sua origem marcados por uma cultura masculina, por vezes hostil à participação das mulheres (Trebilcock 1991). Na visão de Virgínia Ferreira, o papel desempenhado pelos sindicatos na exclusão e segregação das mulheres foi tal, que “uma das razões pela qual existe uma menor segregação sexual do mercado de trabalho em Portugal passa precisamente pelo défice sindical que marca a sociedade portuguesa... Mais forte fosse o movimento sindical e mais organizado no princípio profissional, mais segregado seria o nosso mercado de trabalho” (Ferreira, 2002, p. 131). De acordo com um estudo da Confederação Europeia dos Sindicatos, não só a taxa de participação sindical das mulheres (40%) é inferior à dos homens (60%), como não se reflecte nos cargos de direcção e representação sindical, onde o desequilíbrio se torna ainda mais notório (CES 2002)<sup>10</sup>.

Por último, o terceiro tecto é construído pelos partidos políticos, cujas políticas de recrutamento perpetuam as lógicas de discriminação anteriormente analisadas. Da eleição da Constituinte às últimas legislativas, a sub-representação parlamentar das mulheres é regra (Freire 1998, 2001, 2002, 2003), embora se registem alguns esforços de contornar esta realidade, nomeadamente através do estabelecimento de quotas (Lei da Paridade, de 2006). Num recente estudo sobre as condições de participação das mulheres na vida política e partidária em Portugal, perto de 80% das inquiridas (candidatas às eleições legislativas de 2002), afirma existir “uma espécie de triagem dos aspirantes a candidatos na qual o género, mesmo que não considerado de forma explícita, tem uma influência determinante sobre quem tem possibilidades efectivas de ser escolhido para ocupar um assento na Assembleia da República” (Martins, Teixeira, 2005, p. 61). Algo que, segundo os autores, se prende não tanto com falta de vocação, capacidade ou interesse por parte das interessadas, mas sim por “atitudes e práticas discriminatórias no interior dos partidos” (Martins, Teixeira, 2005, p. 248).

### *A diferenciação etária dos dirigentes sindicais parlamentares*

A evolução da composição etária dos dirigentes sindicais parlamentares parece, à primeira vista, não destoar da do resto da população parlamentar. Contudo, o processo de envelhecimento entre os primeiros tende a ser menos gradual do que entre os segundos. Como podemos observar no gráfico da Fig. 8<sup>11</sup>, nas eleições para a Constituinte, a presença de dirigentes sindicais com menos de 35 anos de idade no Parlamento era maioritária, em detrimento dos com mais de 50 anos de idade, praticamente inexistentes.

FIG. 8. Evolução da composição dos dirigentes sindicais parlamentares, segundo a idade



Fonte: Dados elaborados pelo autor a partir de Freire, 2009.

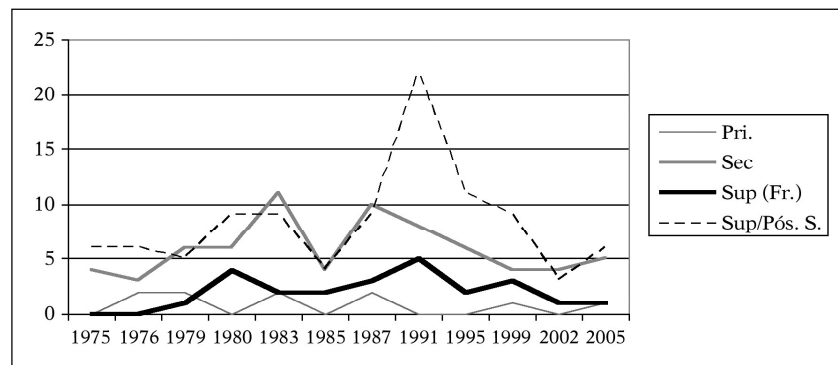
Nas eleições legislativas de 1979, a posição ocupada pelos dirigentes sindicais mais jovens é superada pela categoria intermédia, entre os 36 e os 49 anos de idade. Volvidos quase vinte anos, os dirigentes sindicais com menos de 35 anos de idade reduzem-se ao mínimo, apresentando grande parte do grupo uma idade superior aos 50 anos. Esta evolução reflecte o progressivo envelhecimento das estruturas sindicais portuguesas, essencialmente motivado por duas ordens de causas. Em primeiro lugar, por uma distanciação dos jovens em relação aos sindicatos, fruto de uma maior incidência da precariedade laboral e instabilidade profissional sobre os mais novos e, por consequência, da ausência de uma identidade profissional que se exprima na adesão ao sindicato (Lima 1992; Matos 2007). Em segundo lugar, e ao invés do que acontece com a população juvenil, pelo facto

da estabilidade no emprego e da vigência de uma identidade e cultura profissionais entre as camadas trabalhadoras mais adultas tornarem coerente a integração no sindicato. Podemos igualmente admitir a relação entre sindicalização e memória de uma época (os primeiros anos da democracia representativa), que assistiu à emergência de um sindicalismo activo, de ataque, orientado por objectivos políticos e ideológicos (Lima 1991).

### *A diferenciação dos níveis de instrução dos dirigentes sindicais parlamentares*

O envelhecimento desta categoria de deputados poderá explicar a quase equivalência dos dados relativos aos níveis de instrução em 1975 e em 2005. Algo que contrasta com a evolução geral dos deputados eleitos para a Assembleia da República, na sua maioria com formação universitária (Freire 1998, 2001, 2002, 2003).

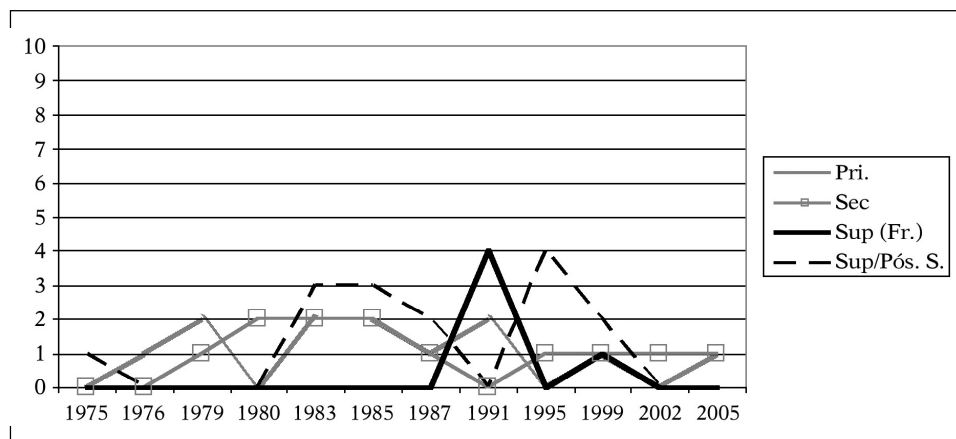
FIG. 9. Evolução da composição dos dirigentes sindicais parlamentares, segundo o nível de instrução



Fonte: Dados elaborados pelo autor a partir de Freire, 2009.

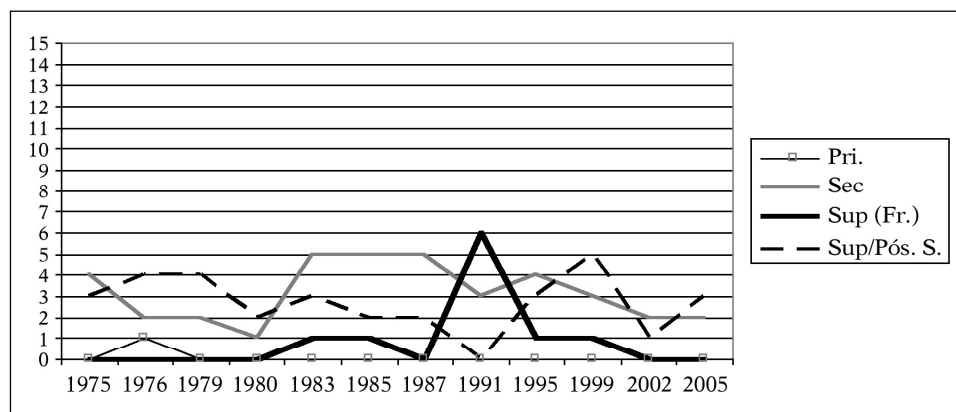
A distância de comportamentos entre o geral e o particular levou-nos a analisar o nível de instrução deste grupo, por partido. Considerando a reduzida dimensão do objecto de estudo – e a influência que a saída de um deputado e sua substituição por um outro com características diferentes poderá ter sobre a sua composição –, reconhecemos nesta diminuição um «efeito PCP», partido que, conforme os dados da Fig. 10, não apresentava nas últimas legislativas qualquer dirigente sindical parlamentar com níveis de instrução superiores ou pós-superiores.

FIG. 10. Evolução da composição dos dirigentes sindicais parlamentares, segundo o nível de instrução (CDU)



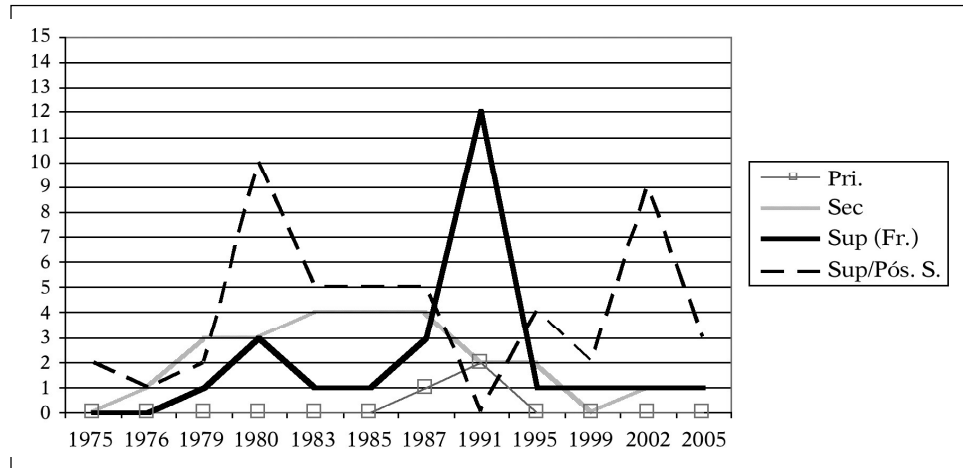
Fonte: Freire, 2009.

FIG. 11. Evolução da composição dos dirigentes sindicais parlamentares, segundo o nível de instrução (PS)



Fonte: Freire, 2009.

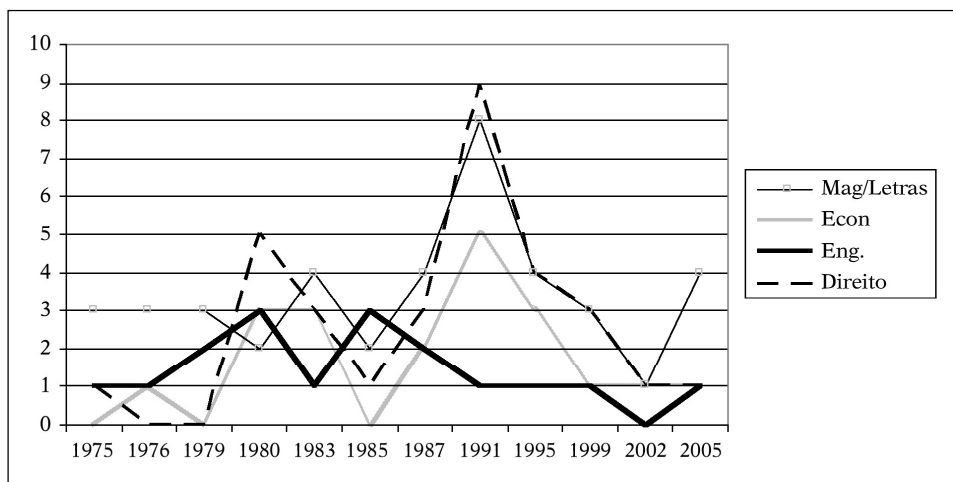
FIG. 12. Evolução da composição dos dirigentes sindicais parlamentares, segundo o nível de instrução (PSD)



Fonte: Dados elaborados pelo autor a partir de Freire, 2009.

Embora com menos incidência, PS e PSD apresentam, no conjunto dos dirigentes sindicais recrutados, uma relativa presença de deputados com níveis de instrução primário e secundário, facto associado à própria génese do «capital sindical», definido menos pela posse de qualificações académicas do que por um saber formado no terreno. É igualmente importante recordar que os bastiões da acção sindical – como os Transportes, as Comunicações, ou a Administração Pública (Cerdeira 1997; Stoleroff 1995) – são, na sua maioria (e com a excepção dos bancários<sup>12</sup>), sectores em que a qualificação académica não constitui (pelo menos em determinados dos seus quadros) um factor de exclusão. No que respeita à área de estudos universitários, os dados da Fig.13<sup>13</sup> demonstram um recente aumento do Magistério e das Letras, e uma estagnação da Engenharia e do Direito. Embora a diversidade das áreas de estudos consideradas (aliadas à reduzida dimensão do objecto de estudo) impeça conclusões fundamentadas, não podemos deixar de mencionar a predominância das áreas do Magistério e Letras, cujas profissões<sup>14</sup> associadas (docência e/ou administração pública) são representadas por uma diversidade de sindicatos (Matos 2007), alguns dos quais com uma relativa importância e capacidade de mobilização.

FIG. 13. Evolução da composição dos dirigentes sindicais parlamentares, segundo a área de estudos universitários



Fonte: Dados elaborados pelo autor a partir de Freire, 2009.

## Conclusão

A evolução das estratégias de recrutamento parlamentar de dirigentes sindicais revela uma quase ruptura com uma ligação histórica. Quase, na medida em que o «mercado sindical» é dominado por um oligopólio de duas grandes confederações sindicais – os sindicatos independentes são, do ponto de vista sociológico, pouco relevantes –, que mantêm alguma implantação em alguns sectores laborais, bem como alguma capacidade de mobilização social. Deste ponto de vista, a diminuição da presença dos sindicatos no parlamento, numa conjuntura em que as funções legislativas adquirem novos traços – de um modelo de arena, assente no debate, para um modelo transformador, em que o estudo e a elaboração de projectos (inclusivamente junto das comissões) assume um maior protagonismo (Cruz 1988) – poderá parecer desconforme. No entanto, os efeitos da diminuição das taxas de sindicalização da população activa não só não deixam de ser sentidos, como acabam por ser consubstanciados pelo monogâmico reforço dos aparelhos partidários e dos seus modelos de recrutamento. Simultaneamente, os poucos dirigentes sindicais recrutados pelos partidos políticos encontram-se (em termos sociológicos) desajustados da realidade social, retratando aquilo que o trabalho

foi e não aquilo que o trabalho é. O que nos leva a encarar tal evolução como reveladora de uma representatividade crescentemente fictícia, de um sindicalismo que parece afirmar a sua legitimidade a partir da participação nos processos de concertação social e não tanto nas pessoas que conseguem reunir sob os seus princípios e políticas reivindicativas, cada vez em menor número (Jacinto 2003).

Conscientes dos desafios que se lhes impõem, os sindicatos adoptam medidas de rejuvenescimento, desde políticas de estabelecimento de quotas – de forma a colmatar a sub-representação da população feminina (amplamente visível nos resultados da nossa investigação) – a iniciativas que venham incentivar a participação dos jovens nos sindicatos. Uma das propostas que mais tem sido objecto de debate é a da reformulação do modelo de representação eleitoral, semelhante ao já praticado em – França e na Itália. No caso italiano, o acordo tripartido de 3 de Julho de 1993 veio substituir as antigas Representações Sindicais de Empresa (RSA), pelas Representações Sindicais Unitárias (RSU). Como explica Udo Rehfeldt, – “As novas RSU são eleitas pelos assalariados, ao nível de cada estabelecimento, segundo as listas apresentadas pelas organizações sindicais, mas eventualmente também pelos sindicatos autónomos, na condição de serem signatários de convenções colectivas ou reunirem as assinaturas de 5% dos assalariados” (Rehfeldt, 2001, p. 171).

A introdução do sufrágio profissional no domínio sindical assinala a aproximação do modelo sindical ao modelo partidário. Para além da questão eleitoral, a mais evidente de todas as provas, o novo meio de representação dos trabalhadores poderá originar um ainda maior êxodo das organizações sindicais. O alargamento do voto sindical a todos os trabalhadores elimina a diferença entre o aderente e o não aderente, pois os interesses dos dois serão formalmente representados (o âmbito das convenções colectivas de trabalho alargar-se-á a todos os trabalhadores, independentemente de serem filiados ou não nos sindicatos). Como tal, a adesão apenas terá sentido como opção ideológica ou como garantia de acesso a determinados bens e serviços, que venham a satisfazer necessidades de foro particular.

A diminuição dos trabalhadores dispostos a abdicar de parte do seu salário para a organização sindical poderá conduzir a uma alteração do seu modelo de financiamento. Em França, são já vários os casos de patrocínio ilegal dos sindicatos<sup>15</sup>, que ilustram a “transformação do sindicato numa instituição para-pública” (Labbé, Courtois, 2001, p. 21), financiada pelo erário público. O sindicato parece assim

seguir os caminhos iniciados pelos partidos políticos: de partido de massa a partido de eleitores, e de partido de eleitores a partido cartel, dependente de subvenções estatais<sup>16</sup> (Mair, 1996, p. 105). A adaptação de sindicatos a modelos eleitoralistas – às campanhas partidárias, ao *marketing político*, à personalização política – poderá gerar junto dos partidos políticos um maior interesse por «personalidades» sindicais, passíveis de constituir bons investimentos em termos de recrutamento.

Porém, não deixarão de obedecer a um certo princípio reificante da política, mais propriamente da ideia de representação. De função instrumental da democracia, que pretende “através da pessoa publicamente presente, tornar visível um ser invisível” (Habermas, 2005, p. 50) e tem sentido enquanto dependente “de uma circunvizinhança em que ela se desenrole” (Habermas, 2005, p. 23), a representação torna-se fim em si mesmo. O representante faz o grupo que o faz a ele, substituindo-o, ou como diria Pierre Bourdieu, “o grupo é feito por aquele que fala em nome dele, aparecendo assim como o princípio do poder que ele exerce sobre aqueles que são o verdadeiro princípio dele” (Bourdieu, 1989, p. 158). Partilhemos assim das interrogações evocadas por Best e Cotta: será que existe um fim da história da profissionalização política (Best, Cotta, 2002, p. 22)?

## Bibliografia

- Best, H., and Cotta, M. (2000) Between Professionalization and Democratization: A Synoptic View on The Making of European Representation. In: Best, H. and Cotta, M. ed. *Parliamentary Representatives in Europe 1848-2000*. Oxford, Oxford University Press, pp. 493-526.
- Best, H., Cotta, M. (2000) Elite transformation and Modes of Representation since the Mid-Nineteenth Century: Some Theoretical Considerations. In: Best, H. and Cotta, M. ed. *Parliamentary Representatives in Europe 1848-2000*. Oxford, Oxford University Press, pp. 1-28.
- Bourdieu, P. (2001) *O Poder Simbólico*. Lisboa, Difel.
- Catt, H. (1997) New Zealand. In: Norris, P. ed. *Passages to Power: Legislative Recruitment in Advanced Societies*. Cambridge, University Press, pp. 137-157.
- Cerdeira, M. C. (1997) A Sindicalização Portuguesa de 1974 a 1995. *Sociedade e Trabalho*, 1, pp. 46-53.
- Cerdeira, M. C., Padilha, E. (1990) *A sindicalização e alguns comportamentos sindicais*, Lisboa, Ministério do Emprego e da Segurança Social.
- Cruz, M. B. (1988) Sobre o Parlamento Português: partidarização parlamentar e parlamentarização partidária. *Análise Social*, Vol. XXIV, 1 (100), pp. 97-125.

- Dornelas, A. (1999) As relações industriais em Portugal: É possível mudar? É possível não mudar?. *Sociedade e Trabalho*, 7, pp. 45-55.
- Ferreira, V. (2002) O efeito Salieri: O sindicalismo perante as desigualdades entre mulheres e homens no emprego. *Revista Crítica das Ciências: Sindicalismo e relações laborais*, 62, pp. 121-147.
- Freire, A. coord. (2009) Fichas Biográficas dos Deputados Portugueses entre 1975 e 2009. In: Freire, A., Viegas, José, Seiceira, Filipa *Representação Política em Portugal: Inquérito e Base de Dados*. Lisboa, Sextante, pp. 105-115.
- Freire, A. (2003) Recrutamento Parlamentar e Reforma das Instituições. In: Freire, A., Pinto, A.C. ed. *Elites, Sociedade e Mudança Política*. Oeiras, Celta, pp. 181-216.
- Freire, A. (2002) A profissionalização política dos deputados portugueses. *Sociologia*, 12, pp. 27-56.
- Freire, A. (2001) *Recrutamento parlamentar: os deputados portugueses da Constituinte à VIII Legislatura*. Lisboa, STAPE.
- Freire, A. (1998) Lógicas de recrutamento parlamentar. *Sociologia: Problemas e Práticas*, 28, pp. 115-147.
- Freire, J. (2004), Análise Sociopolítica das Associações. In: Freire, J. ed. *Associações Profissionais em Portugal*. Oeiras, Celta, pp. 225-256.
- Habermas, J. (2003) *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- Hyman, R. (1995) Changing Trade Union Identities and Strategies. In: Hyman, R. and Fernner, A. ed. *New Frontiers in European Industrial Relations*, Oxford, Blackwell, 1995, pp. 108-139.
- Inglehart, R., and Norris, P. (2003) *Rising Tide: Gender Equality and Cultural Change around the World*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Inglehart, R. (1997) *Modernization and Postmodernization*. New Jersey, Princeton University Press.
- Jacinto, J. M. (2003) *O Trabalho e as Relações Internacionais*. Lisboa, ISCSP.
- Jorgensen, H. (2003), The Role of Trade Unions in Social Restructuring in Scandinavia in the 1990s [internet]. *Revue Française des Affaires Sociales*, 4, pp. 151-176. Disponível em: <http://www.sante.gouv.fr/drees/rfas/rfas200304/200304-art05uk.pdf> (acesso a 14 de Junho de 2010).
- Labbé, D., Courtois, S. (2001) *Regards sur la Crise du Syndicalisme*. Paris, L'Harmattan.
- Lenine, V. (1977), Que Fazer? In: Lenine, V *Obras Escolhidas*. Tomo I, Lisboa, Edições Avante, pp. 79-214.
- Lima, M. P. (1992) *A Acção Sindical e o Desenvolvimento*. Lisboa, Edições Salamandra.
- Lima, M. P. (1991) Relações de Trabalho, Estratégias Sindicais e Emprego. *Análise Social*, Vol. XXVI, 5 (114), pp. 905-943.

- Lovoski, A. (1974) *Marx e os Sindicatos*. Lisboa, Edições Maria da Fonte.
- Magone, J. (2000) Political and Elite Transformation in Modern Portugal. 1870-1999: The Late Arrival of Mass Representation. In: Best, H., Cotta, M. *Parliamentary Representatives in Europe 1848-2000*. Oxford, Oxford University Press, pp. 341-370.
- Mair, P. (1996) *Party System Change*. Oxford, Clarendon Press.
- Martins, M. M, e Teixeira, M.C. (2005) *O funcionamento dos partidos e a participação das mulheres na vida política e partidária em Portugal*. Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- Marx, K. (1978) *Textos Escolhidos e Anotados 2*. Lisboa, Editorial Notícias.
- Matos, J. (2007) *Acção Sindical e Representatividade*. Lisboa, Autonomia 27.
- Miguel, L. F. (2003), Capital Político e Carreira Eleitoral: Algumas Variáveis na Eleição para o Congresso Brasileiro [internet]. *Revista de Sociologia Política*, 20, pp. 115-134. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782003000100010&script=sci-arttext> (Acesso a 25 de Junho de 2009).
- Norris, P. (1997) Conclusions: comparing passages to power. In: Norris, P. ed. *Passages to Power: Legislative Recruitment in Advanced Societies*. Cambridge, University Press, pp. 209-231.
- Norris, P. (1997) Introduction: theories of recruitment. In: Norris, P. ed. *Passages to Power: Legislative Recruitment in Advanced Societies*. Cambridge, University Press, pp. 1-14.
- Offe, C. (1996) *Partidos políticos y nuevos movimientos sociales*. Madrid, Editorial Sistema.
- Offe, C. (1985) *Disorganized Capitalism*. Polity Press, Cambridge.
- OIT (1997) *El Trabajo en el Mundo: Relaciones laborales, democracia y cohesión social. 1997-1998*. Ginebra, OIT.
- Pederson, M. (2000) The Incremental Transformation of the Danish Legislative Elite: The Party System as a Prime Mover. In: Best, H. and Cotta, M. ed. *Parliamentary Representatives in Europe 1848-2000*. Oxford, Oxford University Press, pp. 29-49.
- Rehfeldt, U. (2001), Forces et Faiblesses do Syndicalisme Italien. In: Labbé, D., e Courtois, S. ed. *Regards sur la crise du syndicalisme*. Paris, L'Harmattan, pp. 167-182.
- Rosanvallon, P. (1988) *La Question Syndicale*. Paris, Calmann-Lévy.
- Ruostesaari, I. (2000) From Political Amateur to Professional Politician and Expert Representative: Parliamentary Recruitment in Finland since 1863. In: Best, H. and Cotta, M. ed. *Parliamentary Representatives in Europe 1848-2000*. Oxford, Oxford University Press, pp. 50-87.
- Schmitter, P. (1999) *Portugal: Do Autoritarismo à Democracia*. Lisboa, ICS.
- Silva, M. C. (2000) *Acção Sindical, transformação e desenvolvimento*. Porto, Campo das Letras.
- Stoleroff, A. (1995), Elementos do padrão emergente das relações industriais em Portugal. *Organizações e Trabalho*, 13, pp. 11-41.

Terry, M. (1995), Workplace Unionism: Structures and Objectives. In: R. Hyman, R. and Fernner, A. ed. *New Frontiers in European Industrial Relations*. Oxford, Blackwell, pp. 223-249.

Trebilcock, A. (1991) Pour renforcer la présence des femmes dans les échelons supérieurs des syndicats: les stratégies de succès. *Revue Internationale du Travail*, 130 (4), pp. 451-472.

Waddington, J., Hoffmann, R. (2000), Trade Unions in Europe: reform, organization and restructuring. In: Waddington, J. and Hoffmann, R. ed. *Trade Unions in Europe: facing challenges and searching for solutions*. Brussels, European Trade Union Institute, pp. 27-80.

Waddington, J., Pascual, A. S. (2000) *Young people: the labour market and trade unions* [internet]. Research prepared for the Youth Committee of the European Trade Union Confederation. Disponível em: <[http://www.etuc.org/IMG/pdf/\\_report\\_351tude\\_.pdf](http://www.etuc.org/IMG/pdf/_report_351tude_.pdf)> (Acesso 4 de Novembro de 2005).

Viegas, J. M., Santos, S. (2009) Envolvimento dos cidadãos e dos parlamentares nas associações. In Freire, A., Viegas, J. M. ed. *Representação Política, O Caso Português em Perspectiva Comparada*. Lisboa, Sextante, pp. 119-144.

Weber, M. (1959) *Le savant et le politique*. Paris, Plon.

Wessels, B. (1997) Germany. In: Norris, P. ed. *Passages to Power: Legislative Recruitment in Advanced Societies*. Cambridge, University Press, pp. 76-97.

<sup>1</sup> Na aceção do autor, é como se estivéssemos perante títulos informais de propriedade que dissessem respeito a mais do que terras ou estatutos nobiliárquicos (Bourdieu, 1989, p. 135).

<sup>2</sup> Devemos igualmente considerar a construção histórica sofrida pelo campo, necessária na compreensão das disputas em cada campo.

<sup>3</sup> A participação dos sindicatos no sistema social acontece em diversos estádios de diálogo e concertação social: microconcertação, mesoconcertação e macroconcertação. A primeira forma refere-se a acordos de natureza bipartida, realizados entre representantes dos trabalhadores e administração de uma determinada instituição empregadora. A mesoconcertação reporta-se a uma realidade mais ampla, cuja complexidade poderá levar a que (por vontade das partes ou por obrigação) o diálogo entre organizações sindicais empresariais (normalmente de carácter sectorial) seja orientado e mediado pelo Estado ou por uma terceira parte, por ele nomeado. Finalmente, a macroconcertação corresponde a compromissos tripartidos (Estado, confederações sindicais e patronais), relativos a políticas de âmbito nacional. É de referir ainda um quarto nível de concertação, que ultrapassa as fronteiras do Estado-Nação, e cujo melhor exemplo é a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

<sup>4</sup> A decisão de excluir outras formações partidárias deve-se, no caso do CDS/PP, à ausência de uma política de recrutamento parlamentar de dirigentes sindicais (desde 1975 até hoje, contou apenas com um deputado dirigente sindical, eleito em 1976). No caso dos outros partidos políticos, a sua efemeridade nuns casos impede uma análise da sua evolução.

<sup>5</sup> Segundo dados da OIT, no período entre 1985 e 1995, os sindicatos portugueses sofreram uma diminuição de membros na ordem dos 50%.

<sup>6</sup> Em Portugal, a taxa de sindicalização sofreu uma diminuição na ordem dos 50%.

- <sup>7</sup> Nestes países, o apoio à população desempregada é realizado pelo sistema Ghent. Este prevê a atribuição do subsídio de desemprego pelo sindicato, com financiamento público.
- <sup>8</sup> A taxa de sindicalização da Dinamarca situa-se na ordem dos 68% (ETUI 2010).
- <sup>9</sup> Nestas inserem-se associações recreativas e culturais, religiosas, de solidariedade social, académicas, ambientais, sociopolíticas, bem como movimentos de oposição ao Estado Novo.
- <sup>10</sup> No caso da CGTP/IN e da UGT, a percentagem de delegadas ao congresso é, respectivamente, 25% e 22% e a percentagem de mulheres pertencentes às comissões executivas situa-se na ordem dos 22% e dos 16%;
- <sup>11</sup> Não existem dados relativos às eleições legislativas de 1976.
- <sup>12</sup> O maior aumento da taxa de sindicalização verificada no período de 1991-95 verificou-se no sector dos Bancos e Seguros, o único que, de 1979-84 a 1991-95 sofreu um aumento dos seus efectivos (7,5%). Este facto poderá ser explicado pelos serviços providenciados à população sindicalizada, nomeadamente o SAMS – Serviço de Assistência Médico-Social – que proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ou participações em despesas no domínio da saúde (medicamentos, internamentos hospitalares ou intervenções cirúrgicas).
- <sup>13</sup> Considerámos apenas os quatro cursos com maior incidência parlamentar.
- <sup>14</sup> No nosso estudo, vimo-nos impossibilitados de analisar o objecto de estudo do ponto de vista do seu comportamento profissional. A diversidade das categorias profissionais consideradas por um lado, e a dimensão do objecto de estudo por outro, originaram uma dispersão dos resultados, de difícil interpretação.
- <sup>15</sup> Em Janeiro de 2000, um relatório da Inspecção-Geral dos Assuntos Sociais sobre uma das principais caixas de reforma complementar, revelou a existência de «financiamentos sem contrapartidas», em benefício das principais centrais sindicais, factos que conduziram a um inquérito preliminar do Tribunal de Nanterre. Em Outubro de 2000, o presidente do município de Dieppe, dois dos seus colaboradores e o sindicato local da CGT foram alvo de inspecção por terem responsabilizado o município por certas despesas do sindicato local, e por terem a trabalhar, como permanentes, neste último três empregados municipais (Labbé, Courtois, 2001, p. 18)
- <sup>16</sup> Segundo Mair, a denominação de partido cartel deriva da cooperação entre competidores hostis, com o objectivo de tornar consensual uma política pública de financiamento partidário.